

Governo ainda estuda o impacto da Cofins

Rio - O secretário de Acompanhamento Econômico, Cláudio Considera, afirmou ontem que o governo determina nesta semana qual vai ser o impacto, sobre o preço dos combustíveis, do aumento da alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A alíquota vai aumentar de 2% para 3% a partir de 1º de fevereiro.

Pela manhã, durante a posse do presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Sérgio Besserman, Con-

sidera chegou a dizer que o impacto seria, no máximo, de 3,8%. À tarde, na Delegacia Regional do Ministério da Fazenda, o secretário afirmou que o percentual era só "uma hipótese", e não quis dizer de quanto seria o impacto nos custos da produção de combustíveis. "Não quero dizer ao mercado se eles têm direito a praticar este ou aquele percentual", justificou-se.

Segundo Considera, o impacto do aumento da contribuição vai depender de quando vai ser

absorvido pelo governo, por meio do uso de R\$ 600 milhões previstos para serem arrecadados este ano pelo Tesouro Nacional com a Parcela de Preços Específicos (PPE) sobre os combustíveis - a diferença entre o preço do produto faturado nas refinarias da Petrobras e o preço final cobrado ao consumidor.

O secretário afirmou que o uso destes R\$ 600 milhões não vai prejudicar a meta do governo de usar R\$ 4,95 bilhões arrecadados com a PPE para o ajuste fis-

cal neste ano. Considera afirmou que, "no momento", não vai ser repassado para os preços nenhum efeito da desvalorização do real diante do dólar.

Considera avisou que a Secretaria Especial de Acompanhamento de Preços (Seae) vai combater a formação de cartel pelos distribuidores de combustíveis, mas rejeitou a possibilidade de aumentos lineares de 8%, como chegou a prever o presidente da Federação Nacional de Comércio Varejista de Combustíveis, Gil Sciuffo.